

Lei Ordinária nº 1347/2004

Dispõe sobre a doação de área à empresas que pretendem construir e implantar empreendimentos frigoríficos em nosso Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 21 de setembro de 2004

- **Art. 1º. -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar bem imóvel de sua propriedade, consistente de uma área de terras de 50 há (cinqüenta hectares), parte da Fazenda Michelle, situada neste Município de Camapuã, a qual se encontra devidamente matriculada junto ao Serviço Notarial de Camapuã/MS sob o n. 18736, bem como a conceder incentivos fiscais previstos nesta Lei, á empresas que pretendem construir e implantar empreendimentos frigoríficos em nosso Município.
- **Art. 2º. -** Os interessados na obtenção dos favores de que trata esta Lei, apresentarão plano de construção e instalação de sua empresa no Município, especificando os benefícios solicitados através de requerimentos dirigidos ao Prefeito Municipal instruído com os seguintes documentos:
- I Quando se tratar de pessoa jurídica:
- a) Fotocópia dos atos constitutivos e posteriores alterações arquivadas no Registro do Comércio.
- b) Certidão Negativa de débitos fiscais ou de regularidade de situação.
- **c) -** Comprovação de idoneidade financeira do empreendimento ou estudo de sua viabilidade técnica sócio-econômica.
- d) Projeto técnico de edificação.
- e) Especificação do tipo de exploração.
- **Art. 3º. -** Aprovado o processo a empresa interessada, terá prazo de 120 (cento e vinte dias), para dar início a construção das edificações planejadas.
- Art. 4º. A empresa que tiver se habilitado aos benefícios desta Lei, os perderá desde que:
- a) Cessar ou interromper suas atividades por mais de 60 (sessenta dias).
- b) Reduzir o número de empregados sem motivos.

Art. 5º. - É plenamente vedada à venda da área doada sem que antes a donatária tenha construído as edificações da empresa frigorífica.

Art. 6º. - O início operacional das atividades industriais e comerciais e da prestação de serviços,

deverão ocorrer tão logo seja concluída a construção da sede da empresa frigorífica.

Art. 7º. - Ficarão isentos do imposto predial e territorial urbano, pelo prazo de 05 (cinco) anos, e do

imposto sobre serviços de qualquer natureza incidente sob a construção, e do imposto sobre a

transmissão de bens imóveis, a empresa que obtiver os favores desta Lei.

Art. 8º. - Além dos benefícios fiscais previstos no artigo anterior cabe a doadora estender os benefícios

abaixo, a empresa que obtiver seu processo aprovado pelo Prefeito Municipal:

a) - Dar auxílio na capitação inicial da mão-de-obra a ser utilizada pela indústria frigorífica.

b) - Executar os serviços de terraplanagem, aterro e desaterro, para a construção da empresa e em caos

específicos auxiliar na construção de lagoas para tratamento de efluentes ou outros serviços prestados

pelo equipamento rodoviário municipal.

c) - Dar apoio para aprovação do trevo de acesso a indústria, bem como para implantação de infra-

estrutura de energia e comunicação até a entrada do empreendimento.

d) - Pavimentação da área interna em até 10.000 (dez mil metros quadrados).

Art. 9º. - As empresas independentemente de sua localização ou no tocante a ecologia e meio

ambiente, evitarão qualquer forma de poluição ambiental, principalmente dos rios, córregos, lagos ou

lagoas, sujeitando-se a todas as normas da legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 21 de setembro de 2004.

MOYSÉS NERY

Prefeito Municipal